



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

LEI Nº 678/95

EMENTA: Estabelece as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1996 e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DO CONDADO, ESTADO DE PERNAMBUCO, faz saber que a Câmara aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

DAS DIRETRIZES GERAIS

Art. 1º- Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as Diretrizes Gerais para elaboração do Orçamento deste município relativo ao exercício financeiro de 1996.

Parágrafo Único- No Projeto de Lei Orçamentária, as receitas e as despesas serão orçadas segundo os preços e as variáveis respectivas, vigente em maio de 1995.

Art. 2º- A Lei Orçamentária, por meio de Decreto, corrigirá os valores de Projeto de Lei mês a mês segundo o índice nacional de preço ao consumidor (INPS) ou outro índice que o substitua, previsto para o período compreendido entre os meses de maio a dezembro de 1995 explicitando os critérios adotados.

Art. 3º- Não poderão ser fixados despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

DAS DIRETRIZES COMUNS

Handwritten signature: G. G. G. G.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

Art. 42- Para efeito do disposto no artigo 169, parágrafo único da Constituição Federal, fica estabelecido, que:

I-As despesas com o pessoal e encargos sociais não terão aumento superior à variação do índice de incremento da receita arrecadada em 1995, respeitando o limite estabelecido no artigo 38 do ato das Disposições Constitucionais Transitórias;

II-Os cargos ou empregos públicos, cuja vacância ocorrer no exercício de 1996 poderão ser preenchidos na forma da Lei, e

III-Para efeito do cálculo do disposto no inciso I, deste artigo, não serão computados os gastos com Inativos e Pensionistas.

Art. 52-As despesas com custeios administrativos e operacionais não poderão ter aumento superior à variação do índice de inflação aos créditos correspondente no orçamento de 1995, salvo no caso de comprovada insuficiências decorrentes da expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados a comunidade ou novas atribuições recebidas no exercício de 1995 ou no decorrer de 1996.

Parágrafo Único- Para efeito de cálculo, excluem-se do disposto neste artigo, as despesas indicadas no item III do artigo 52 da presente Lei.

Art. 62-O relatório bimestral de que trata o artigo 165, § 3º da Constituição Federal, demonstrará, por categoria de programação a despesa de cada órgão, fundo ou entidade.

Atenseca



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 72-0 Poder Executivo terá até o final do mês de dezembro de 1995 para enviar à Câmara Municipal Projeto de Lei dispondo sobre alterações tributária.

Art. 82-No Projeto de Lei Orçamentária, a estimativa das receitas do orçamento poderá considerar os efeitos das modificações previstas no artigo anterior.

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DA LEI ORÇAMENTÁRIA.

Art. 92- Na Lei Orçamentária Anual, a discriminação da despesa far-se-á por categoria de programação, indicando-se pelo menos para cada uma, no seu menor nível:

A NATUREZA DA DESPESA

DESPESA CORRENTES

Pessoal e Encargos Sociais
Juros e Encargos da Dívida
Outras Despesas Correntes

DESPESA DE CAPITAL

Investimentos
Inversões Financeiras
Amortização de Capital
Outras Despesas de Capital

Q. G. Moura



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

§ 1º- A Classificação a que se refere este artigo correspondente aos agrupamentos de elementos de natureza de despesa conforme definir a Lei Orçamentária.

§ 2º-As despesas e as receitas do orçamento serão apresentados de forma sintética e agregada, evidenciado o deficit ou suppravit corrente e o total do orçamento.

§ 3º- A Lei Orçamentária incluirá, dentre outros demonstrativos:

I- Das receitas do orçamento que obedecerá ao previsto no artigo 2º, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64;

II- Da natureza da despesa, para cada órgão;

III- Da despesa por fonte de recursos, para cada órgão;

IV- Dos recursos destinados a manutenção e ao desenvolvimento do ensino, de forma a caracterizar o cumprimento do disposto no artigo 212, da Constituição Federal ;

Art. 20º- As categorias de programação de que trata o art.9º, desta Lei, serão indentificados por projetos e atividades.

Art. 11º- O Projeto de Lei orçamentária será apresentado com forma e com o detalhamento descrito nesta Lei, aplicando-se no que couber, as demais disposições legais.

Art. 12º- Os créditos adicionais terão a forma, o nível de detalhamento os demonstrativos e as informações estabelecidas, nesta Lei.

Antônio



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

Art. 13º - A prestação de contas anual do município, incluirá relatório de execução com a forma e detalhes apresentados, nesta Lei Orçamentária.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 14º - Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até o término do último período legislativo de 1995 a Câmara Municipal, será de imediato, convocada extraordinariamente, pelo Presidente, na forma estabelecida pela Lei Orgânica do Município, até que seja o projeto aprovado.

Parágrafo Único - Se até o dia 31 de dezembro de 1995, o projeto orçamentário não for aprovado, a Prefeita poderá executar, sua programação obedecendo os limites dos duodécimos orçamentários.

Art. 15º - As despesas com o Poder Legislativo serão à base de no mínimo 10% (dez por cento) sobre o valor global do orçamento, sem prejuízo de suplementação, em caso de necessidade, para reforço de suas dotações orçamentárias.

Parágrafo Único - O Poder Legislativo poderá alterar o seu plano de Cargos e Salários, criar e extinguir cargos, conceder vantagens reajuste de vencimentos a seus servidores e admitir pessoal na forma da Lei.

Art. 16º - O Município pagará, mensalmente sobre o total de sua receita 1,3% (um vírgula três por cento) ao Colégio cenecista do Condado, 0,6% (zero vírgula seis por cento) ao Abrigo, dos Vicentinos e 0,1% (zero vírgula um por cento) à Filarmônica 28 de Junho, a título de subvenção.

OT. Fonseca



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

Art. 17º - Esta Lei entrará em vigor na data
de sua publicação.

Art. 18º - Revogadas as disposições em con-
trário.

GABINETE DA PREFEITA, 07 junho de 1995.


DERIVA LÚCIA RODRIGUES DA FONSECA

* Prefeita *



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

PRIORIDADES PARA ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

PODER LEGISLATIVO

- Reforma e/ou melhoramento do edifício da Câmara para um melhor funcionamento do Poder Legislativo;
- Manutenção do Poder Legislativo;
- Desenvolver a divulgação dos trabalhos legislativos e administrativos da Câmara Municipal.

PODER EXECUTIVO

EDUCAÇÃO

- Ampliar, recuperar e manter a rede física escolar, visando atender melhor alunado;
- Ampliar, melhorar e manter o ensino fundamental e o pré-escolar incluindo o atendimento a alunos portadores de deficiências, jovens e adultos;
- Incentivar as atividades culturais nas escolas da rede Municipal;
- Implantar cursos profissionalizantes, e
- Oferta aos estudantes carentes de transporte, material escolar, fardamento, etc.

CULTURA ESPORTE E LAZER

- Promover a instalação dos espaços culturais, assegurando ao público o acesso aos mesmos;
- Construir e equipar quadras esportivas no município;
- Construir e melhorar praças no município, e
- Construir, adaptar ou melhorar campos de futebol no município.

SAÚDE

- Ampliação da Casa de Saúde e Maternidade (Unidade Mista)
- Construir postos de saúde na zona rural, e
- Manter os serviços de saúde direcionados ao atendimento da população.

Q. G. S. G. S.



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

Praça 11 de Novembro, 88 - Condado - Pernambuco

SANEAMENTO

- Construir sanitários públicos na sede e povoado;
- Construir meio-fio e calçamento na sede e povoado, e
- Construir estação de tratamento d'água no povoado

HABITAÇÃO

- Desapropriar áreas de terras e implantar programa de habitação urbana para população de baixa renda,

ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Implantar, construir e reformar creches no município, e
- Desenvolver, dinamizar e incentivar programa de atendimento à família, à criança, à mulher, ao adolescente e ao idoso,

ENERGIA, TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO

- Melhorar o sistema de iluminação pública na sede e povoado;
- Construção, restauração e melhoramento das rodovias municipais;
- Construção e/ou melhoramento de bueiras no município;
- Construir garagens para os veículos da Prefeitura, e
- Construções de pontes no município,

AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

- Estabelecer local de descarregamento de gado fora da área central da cidade, e
- Construção e/ou reforma do matadouro público municipal, afim de manter em perfeitas condições os serviços de abate do gado e outros.

GABINETE DA PREFEITA, 07 de junho de 1995.


DERIVA LÚCIA RODRIGUES DA FONSECA

* Prefeita *